



REUNIR:  
Revista de Administração,  
Ciências Contábeis e  
Sustentabilidade

[www.reunir.revistas.ufcg.edu.br](http://www.reunir.revistas.ufcg.edu.br)



ARTIGO ORIGINAL

Influência do ano eleitoral, da mudança de gestor público e do mandato eleitoral sobre mudanças na composição dos gastos públicos nos estados brasileiros<sup>1</sup>

*Influence of election year, change of public manager and electoral mandate on changes in composition of public spending in Brazilian states*

*Influencia del año electoral, del cambio de gestor público y del mandato electoral sobre cambios en la composición de los gastos públicos en los estados brasileños*

Dimas Barrêto Queiroz<sup>2</sup>

PALAVRAS-CHAVE

Ano eleitoral;  
Mudança de governador do estado; Primeiro mandato;  
Composição dos gastos públicos.

**Resumo:** A literatura sobre ciclos político-orçamentários tem se concentrado na identificação de fatores capazes de influenciar a existência e intensidade de tais ciclos. O objetivo dessa pesquisa consistiu em averiguar a influência do ano eleitoral (QAM), da mudança de gestor público (MGE) e do mandato eleitoral (PME) sobre mudanças na composição dos gastos públicos nos estados brasileiros. Para atingir tal objetivo, um índice (IMCGP) que refletisse alterações na composição dos gastos públicos foi criado e utilizado como variável dependente. A amostra foi composta pelos 26 estados brasileiros no período de 2004 a 2015, totalizando 312 observações e compreendendo três ciclos eleitorais. Utilizou-se a técnica de regressão com dados em painel. As evidências revelaram que o ano eleitoral e o primeiro mandato não exercem influência significativa sobre o índice de mudança na composição dos gastos públicos. Já a variável que indica mudança de governador apresentou sinal positivo e significância estatística. A pesquisa concluiu que mudanças de governadores são acompanhadas por maiores alterações na composição dos gastos públicos quando comparada às situações nas quais não há mudança de liderança, ampliando o conhecimento sobre como fatores políticos influenciam a dinâmica dos gastos públicos no Brasil.

KEYWORDS

*Election year; Change of state governor; First mandate; Composition of public expenditures*

**Abstract:** *The literature about the political budget cycle has focused on identifying factors, which are able to influence the existence and intensity of such cycles. The aim of this research consisted of investigating the influence of the election year (QAM), of the change of the public manager (MGE) and of the electoral mandate (PME) on changes in the composition of public expenditures in the Brazilian states. In order to achieve this target, an index (IMCGP) that reflects alterations in the composition of the public expenditures was created and used as a dependent variable. The sample was composed of the 26 states that make up Brazil from 2003 to 2015, comprising 312 observations and 3 electoral cycles. The technique of regression with panel data was used due the sample include sectional and temporal data. The evidence has shown that the electoral year and*

<sup>1</sup> Submetido em 06.06.2018. Avaliado em 28.12.2018. Aceite em 28.12.2018. Publicado em 15.02.2018. Responsável Universidade Federal de Campina Grande/UACC/PROFIAP/CCJS/UFCG.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Contábeis pelo Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB/UFPB/UFRN, Professor Adjunto na Universidade Federal da Paraíba, e-mail: [dimasqueiroz@gmail.com](mailto:dimasqueiroz@gmail.com), ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8511-3420>

*the first term do not have a significant influence on the index of change in the composition of public expenditure. The variable indicating governor changes howed a positive sign and statistical significance. The research concluded that changes in governors are accompanied by greater changes in the composition of public expenditure when compared to situations in which there is no change of leadership, increasing the knowledge about how political factors influence the dynamics of public expenditures in Brazil.*

#### **PALABRAS CLAVE**

*Sostenibilidad; Gestión Pública; Planificación; Local.*

**Resumen:** *La literatura sobre ciclos político-presupuestarios se ha concentrado en la identificación de factores capaces de influenciar la existencia e intensidad de tales ciclos. El objetivo de esta investigación consistió en averiguar la influencia del año electoral (QAM), del cambio de gestor público (MGE) y del mandato electoral (PYME) sobre cambios en la composición de los gastos públicos en los estados brasileños. Para alcanzar tal objetivo, un índice (IMCGP) que pueda reflejar las alteraciones en la composición de los gastos públicos fue creado y utilizado como variable dependiente. La muestra fue compuesta por los 26 estados brasileños en el período de 2004 a 2015, totalizando 312 observaciones y comprendiendo tres ciclos electorales. Se utilizó la técnica de regresión con datos en panel. Las evidencias revelaron que el año electoral y el primer mandato no ejercen influencia significativa sobre el índice de cambio en la composición del gasto público. La variable que indica cambio de gobernador presentó señal positiva y significancia estadística. La investigación concluyó que los cambios de gobernadores son acompañados por mayores cambios en la composición del gasto público en comparación con las situaciones en las que no hay cambio de liderazgo, ampliando el conocimiento sobre cómo influyen los factores políticos en la dinámica del gasto público en Brasil.*

## **Introdução**

As mudanças significativas ocorridas no século XX, geraram um aumento da complexidade das sociedades e uma burocratização das entidades do setor público, porém sem aumento da eficiência pública. Nesse contexto, os problemas de cunho ambiental, somados a problemas de ordem social e econômica, abriram espaço para modelos de desenvolvimento sustentáveis, os quais demandam uma visão holística dos problemas, maior participação social e políticas públicas eficientes.

As eleições são os principais eventos políticos nas democracias. Eleitores confirmam ou rejeitam as políticas de determinado gestor, julgam o desempenho do partido que está no comando e utilizam as eleições para expressar suas preferências. A literatura sobre ciclos políticos não fornece respostas simples para a relação entre eleições e mudanças na política econômica. Mais especificamente, as respostas dependem de uma série de fatores, tais como o sistema eleitoral e governamental, a motivação dos candidatos, o processo de tomada de decisões governamentais, entre outros fatores (Breder & Drazen, 2013).

Pesquisas sobre ciclos político-orçamentários (Alt & Lassen, 2006; Brender & Drazen, 2005; Haan, 2013; Hanusch, 2012; Shi & Svensson, 2006; Vergne, 2009) apontam que a presença e intensidade dos ciclos políticos diferem entre os diversos países em função da grande heterogeneidade de fatores que condicionam a manipulação de variáveis fiscais.

De modo geral, a presença e intensidade dos ciclos político-orçamentários é impulsionada pelas novas democracias e países pouco desenvolvidos, nos quais há pouca experiência eleitoral, baixo nível de transparência, regras fiscais pouco rígidas, entre outros fatores. Dentre os fatores capazes de determinar a existência e magnitude dos ciclos

político-orçamentários, essa pesquisa foca em apenas três deles: ano eleitoral, mudança de gestor público e mandato eleitoral.

O ano eleitoral consiste no momento oportuno para os gestores manipularem variáveis fiscais com o objetivo de sinalizar competência e aumentarem as chances de recondução de seu grupo político ao poder. No âmbito brasileiro, diversas pesquisas (Carvalho & Oliveira, 2009; Sakurai, 2005, 2009; Sakurai & Menezes Filho, 2011) ratificam a influência do ano eleitoral sobre categorias específicas da despesa pública. Os investimentos consistem no grupo que mais sofre alterações nesse período, uma vez que maiores gastos com investimentos estão associados às maiores probabilidades de sucesso nas eleições (Queiroz, 2015; Vicente & Nascimento, 2012).

Brender e Drazen (2013) afirmam que uma das formas de compreender a relação entre ciclos eleitorais e políticas fiscais consiste na aceitação do argumento de que os eleitores escolhem os gestores ao invés de políticas. Os candidatos diferenciam-se uns dos outros pela forma como priorizariam determinadas despesas, caso fossem eleitos. Nesse sentido, espera-se que uma mudança de gestor seja acompanhada por uma maior alteração na política fiscal quando comparada à situação na qual não há mudança de liderança.

Já Klein e Sakurai (2015) partem da premissa de que a perspectiva de poder concorrer à reeleição aumenta o incentivo para o gestor público distorcer a política fiscal, sobretudo em anos eleitorais. Nesse sentido, o primeiro mandato consiste em um fator capaz de influenciar os ciclos político-orçamentários.

A literatura nacional vem se concentrando em verificar a influência desses três fatores políticos sobre categorias específicas dos gastos públicos. Porém, a influência de tais fatores sobre indicadores que mensurem mudanças na composição dos gastos públicos ainda permanece como uma

incógnita. Baseado nesses elementos, a seguinte questão de pesquisa foi formulada: Qual a influência do ano eleitoral, da mudança de gestor público e do mandato eleitoral sobre o índice de mudança na composição dos gastos públicos?

O objetivo da pesquisa consiste em verificar a influência do ano eleitoral, da mudança de gestor público e do mandato eleitoral sobre o índice de mudança na composição dos gastos públicos nos 26 estados brasileiros no período de 2004 a 2015.

A presente pesquisa diferencia-se dos estudos nacionais anteriores (Carvalho & Oliveira, 2009; Sakurai, 2005, 2009; Sakurai & Menezes Filho, 2011) na medida em que cria um índice para a mudança na composição dos gastos públicos a partir de diversas despesas executadas pelos entes públicos, conforme procedimento utilizado por Brender e Drazen (2013). Trata-se de um índice que reflete o percentual da despesa deslocada entre as diversas categorias de gastos públicos entre o ano atual e o anterior. Nesse sentido, essa pesquisa verifica a influência do ano eleitoral, da mudança de gestor público e do mandato eleitoral sobre o índice de mudança na composição dos gastos públicos e não sobre despesas públicas isoladas.

Ao fornecer evidências que demonstram que mudanças de governadores são acompanhadas por maiores alterações na composição dos gastos públicos quando comparadas às situações nas quais não há mudança de gestor, essa pesquisa permite ampliar o conhecimento sobre como fatores políticos influenciam a existência e magnitude dos ciclos político-orçamentários no Brasil.

## Fundamentação teórica

A Teoria dos Ciclos Políticos fornece o suporte teórico para as relações analisadas por essa pesquisa. Essa teoria tem origem na busca por relações entre economia, política e eleição e ajuda a explicar como os governantes são levados a agir por seus próprios interesses diante de uma situação específica: eleição.

Downs (1957), um dos precursores da teoria dos ciclos políticos, avaliou a hipótese de que partidos políticos em uma democracia formulam políticas públicas estritamente como meio de ganhar votos. O autor parte da premissa de que cada agente da divisão do trabalho possui tanto um objetivo privado como uma função social. Nesse sentido, Downs (1957) argumenta que a função social de executar políticas públicas é realizada como um subproduto do interesse particular do gestor público.

A partir da década de 1970, a teoria dos ciclos políticos foi sistematizada, ganhou vertentes e modelos econométricos que buscaram explorar a relação entre economia, política e eleição. Dentre as vertentes desenvolvidas, destaca-se o Political Business Cycle, elaborado por Nordhaus (1975) e o Political Budget Cycle, desenvolvido por Rogoff (1990).

Com base na Curva de Phillips, Nordhaus (1975) avaliou a influência dos ciclos políticos sobre as taxas de desemprego e inflação obtidos em uma economia. O modelo proposto por Nordhaus (1975), conhecido na literatura como political business cycle, possui duas previsões importantes: (a) a escolha política dos eleitores tem desemprego menor e inflação maior do que o ponto ótimo; e (b) a política partidária ideal conduz a um ciclo político-econômico com desemprego e redução da inflação nos anos iniciais, seguido

por uma redução na taxa de desemprego um boom inflacionário com a aproximação das eleições.

Já Rogoff (1990), ao propor o political budget cycle, parte da premissa de que o governo observa um indicador de desempenho antes dos eleitores. Nesse sentido, o ciclo surge devido a uma assimetria informacional temporária sobre a competência do gestor público. O ciclo prevê que os gestores possuem o incentivo para distorcer a política fiscal no período que antecede as eleições com o objetivo de sinalizar competência e aumentar suas chances de sucesso eleitoral.

As pesquisas recentes têm se concentrado no political budget cycle proposto por Rogoff (1990). Drazen (2001) explica que os modelos baseados na manipulação de variáveis fiscais são mais consistentes do ponto de vista teórico e empírico. Nesse sentido, diversos estudos nacionais e internacionais (Brender & Drazen, 2013; Carvalho & Oliveira, 2009; Drazen & Eslava, 2010; Katsimi & Sarantides, 2012; Sakurai, 2005, 2009; Sakurai & Menezes Filho, 2011; Schneider, 2010; Veiga & Veiga, 2007b; Vergne, 2009) avaliaram a influência de fatores políticos sobre variáveis fiscais, tais como: despesa total, receita tributária, gastos com pessoal e encargos sociais, investimentos, entre outros.

Essa pesquisa se limita a avaliar a influência de três fatores políticos (ano eleitoral, mudança de gestor e mandato eleitoral) sobre o índice de mudança na composição dos gastos públicos. Para fornecer a base teórica às três hipóteses de pesquisa, os fatores políticos foram isolados em seções específicas desse referencial teórico.

## Influência do ano eleitoral sobre os gastos públicos

Segundo a teoria dos ciclos políticos, os gestores exercem sua função social com o objetivo de obter fins privados, como renda, prestígio, poder, reeleição, entre outros. Nesse sentido, o ano eleitoral consiste no momento oportuno para distorcer a política fiscal, alterando a composição dos gastos públicos em direção às despesas mais perceptíveis pela sociedade.

Diversas pesquisas internacionais (Brender & Drazen, 2013; Drazen & Eslava, 2010; Katsimi & Sarantides, 2012; Veiga & Veiga, 2007b; Vergne, 2009) e nacionais (Sakurai, 2005, 2009; Sakurai & Menezes Filho, 2011) verificaram a influência do ano eleitoral sobre gastos específicos de entes públicos. As pesquisas utilizam modelos de regressão com dados em painel nos quais as variáveis dependentes são os gastos públicos e a variável independente de interesse consiste em uma dummy que indica se o ano é eleitoral ou não.

Vergne (2009) avaliou a presença de ciclos políticos em 42 países em desenvolvimento entre 1975 e 2001. As evidências revelaram que os políticos mudam a composição dos gastos pré-eleitorais aumentando as despesas correntes e reduzindo as de capital. Katsimi e Sarantides (2012) avaliaram 19 países desenvolvidos, considerados democracias estabilizadas, no período de 1972 a 1999. Os resultados indicaram uma alteração da composição dos gastos públicos em direção às despesas correntes em detrimento dos investimentos. Os autores também identificaram uma redução de impostos diretos em períodos eleitorais.

Veiga e Veiga (2007b) avaliaram a existência de ciclos políticos em municípios portugueses. As evidências revelaram

reduções nos impostos municipais e aumentos no déficit orçamentário em anos eleitorais. Os autores também identificaram que o comportamento oportunista se concentra nos investimentos. Drazen e Eslava (2010) também identificaram aumentos nos investimentos em municípios colombianos em anos eleitorais.

No âmbito brasileiro, Sakurai (2005) avaliou 572 municípios paulistas no período de 1989 a 2001. Os resultados revelaram impulsos positivos na despesa orçamentária em anos eleitorais. Sakurai (2009) investigou a existência de ciclos eleitorais nas funções orçamentárias de municípios brasileiros no período de 1990 a 2005. As evidências indicaram distorções significativas nas funções (a) saúde e saneamento; (b) assistência e previdência; (c) habitação e urbanismo e (d) transporte. Por fim, Sakurai e Menezes (2011) avaliaram 2.527 municípios brasileiros no período de 1989 a 2005 e identificaram um aumento nos gastos totais e correntes e uma redução nos investimentos, nas receitas tributárias e no resultado orçamentário em anos eleitorais.

Brender e Drazen (2013) averiguaram a influência dos anos eleitorais sobre alterações na composição dos gastos públicos. A amostra foi composta por 71 democracias durante o período de 1972 a 2009. As evidências apontaram que o ano eleitoral exerce influência significativa e positiva sobre mudanças na composição dos gastos públicos apenas em democracias estabilizadas. Em novas democracias, essa relação não se mostrou significativa. Os autores concluem que grandes mudanças na composição dos gastos públicos em anos eleitorais é um fenômeno de democracias estabilizadas.

Esse resultado é consistente com uma pesquisa realizada pelos mesmos autores (Brender & Drazen, 2005) que observou que o aumento na despesa total em anos eleitorais é um fenômeno típico de novas democracias. A ausência de aumento na despesa total em democracias estabilizadas está relacionada ao fato de os eleitores punirem os gestores que realizam tais desajustes (Brender & Drazen, 2008). Nesse sentido, a alteração da composição da despesa pública consiste em uma alternativa aos aumentos das despesas totais em períodos eleitorais nas democracias estabilizadas (Drazen & Eslava, 2010).

As pesquisas supracitadas demonstram que o ano eleitoral exerce influência significativa sobre alguns grupos de despesa. Brender e Drazen (2013) também ratificam que o ano eleitoral exerce influência sobre o índice de mudança na composição dos gastos públicos. Baseado nessas evidências e, mais especificamente em Brender e Drazen (2013), a primeira hipótese de pesquisa foi formulada.

H1: O ano eleitoral exerce influência positiva sobre o índice de mudança na composição dos gastos públicos nos estados brasileiros.

## Influência da mudança de gestor público sobre os gastos públicos

A literatura internacional aponta que alterações de comando nas organizações públicas podem provocar mudanças na composição dos gastos públicos. Algumas pesquisas (Brauninger, 2005; Budge & Hofferbert, 1990; Tsebelis & Chang, 2004) avaliaram a relação entre aspectos ideológicos de um governo e a composição dos gastos

públicos. Outros estudos (Brender & Drazen, 2013; Jones & Olken, 2005) avaliaram a influência de troca de gestores sobre os gastos públicos.

Budge e Hofferbert (1990) averiguaram a relação entre as plataformas eleitorais e as ações governamentais nos Estados Unidos. Os autores partem do pressuposto que os partidos políticos estão vinculados, moralmente e por temor de represálias nas próximas eleições, às ações contidas em suas plataformas eleitorais. Os autores concluem que de fato os partidos políticos executam as políticas públicas para as quais foram eleitos.

Tsebelis e Chang (2004) investigaram se mudanças de governo alteram a composição orçamentária. Os autores estudaram 19 países da OCDE durante o período de 1973 a 1995 e criaram indicadores de alteração na composição orçamentária considerando nove categorias de despesas. As evidências apontaram que a mudança na composição do orçamento está relacionada positivamente às diferenças ideológicas entre o governo atual e do ano anterior. Em outras palavras, mudanças significativas na composição do governo de um ano para o outro provoca mudanças significativas na composição do orçamento.

Brauninger (2005) avaliou as mudanças tanto na despesa total quanto na combinação de duas categorias de despesas (seguridade social e fatores econômicos) em função das preferências dos partidos políticos, considerando seus respectivos manifestos eleitorais. Utilizando dados de 19 países da OCDE no período de 1971 a 1999, as evidências apontaram que não é a ideologia de direita ou esquerda dos partidos que tem efeito significativo sobre o nível e composição da despesa pública e sim as preferências dos partidos, conforme declarado nos manifestos eleitorais. Esse efeito é considerável em tamanho e revela-se estatisticamente significativo para a composição das despesas entre as duas categorias consideradas na análise empírica.

Jones e Olken (2005) avaliaram a morte do gestor público, como efeito exógeno de mudança de liderança, sobre o desempenho econômico. Os autores identificaram 57 mudanças de líderes provocadas por morte natural ou causadas por acidentes no período de 1945 a 2000. As evidências revelaram que as transições de liderança são importantes para o crescimento do PIB real per capita em um país. Em países autocratas, nos quais existem menos restrições ao poder de um líder, essa constatação é ainda mais forte. Avaliando o aspecto fiscal, Jones e Olken (2005) também avaliaram alterações na taxa de crescimento das despesas após mudanças de liderança. Os resultados apontaram que a morte de um líder não exerceu influência significativa sobre o crescimento das despesas públicas.

Brender e Drazen (2013) averiguaram se e quando mudanças de gestores influenciam a composição dos gastos públicos. A amostra foi composta por 71 democracias durante o período de 1972 a 2009. Analisando inicialmente o curto prazo (1 ou 2 anos), as evidências apontaram que mudanças de gestores não influenciaram a composição das despesas públicas. Porém, ao avaliar no longo prazo (4 anos), os autores identificaram uma influência significativa das mudanças de gestores sobre a composição dos gastos públicos apenas em países desenvolvidos. Nos países em desenvolvimento, essa relação significativa não foi encontrada.

Nesse sentido, a principal conclusão da pesquisa de Brender e Drazen (2013) é que um gestor recém-eleito leva

um tempo considerável para efetuar mudanças na composição dos gastos governamentais em países desenvolvidos. Esse tempo corresponde a alguns anos (quatro anos pelos dados da pesquisa) ao invés de meses. Os autores atribuem esse prazo longo às restrições legais, legislativas, burocráticas e ao processo de aprendizagem após a eleição de um gestor, incluindo o aprendizado sobre gestão orçamentária.

As pesquisas revelaram que alterações de ideologias políticas (Tsebelis & Chang, 2004) e de gestores públicos (Brender & Drazen, 2013) de um ano para o outro podem influenciar a composição dos gastos públicos. Baseado nessas evidências, a segunda hipótese de pesquisa foi elaborada:

H2: Mudança do governador estadual exerce influência positiva sobre o índice de mudança da composição dos gastos públicos.

A segunda hipótese de pesquisa baseia-se em pesquisas que avaliaram influências de mudanças dos líderes (Brender & Drazen, 2013; Jones & Olken, 2005) sobre políticas fiscais. Ressalta-se que a presente pesquisa considera como mudanças de líder aquelas motivadas por eleições, mortes ou cassações. Destaca-se também que a política fiscal foi representada por um indicador que representa alterações na composição dos gastos públicos, conforme procedimento adotado por Brender e Drazen (2013).

## Influência do mandato eleitoral sobre os gastos públicos

A literatura (Alt & Lassen, 2006; Brender & Drazen, 2005; Gonzalez & Hindriks; Porteiro, 2013; Haan, 2013; Rose, 2006; Saporitt & Streb, 2008; Streb & Torrens, 2013; Shi & Svensson, 2006; Vergne, 2009) indica que a existência e intensidade dos ciclos político-orçamentários é função de vários fatores condicionantes, tais como: nível de desenvolvimento, qualidade institucional, nível educacional dos eleitores, transparência, regras fiscais, questões político-partidárias, anos de democracia, regimes fiscais centralizados ou descentralizados, entre outros.

Além dos fatores condicionantes supracitados, um outro fator merece mais atenção por parte dessa pesquisa: mandatos eleitorais. Parte-se do pressuposto que os gestores que estão em primeiro mandato possuem mais incentivos para se comportarem de forma oportunista em relação aos que estão em segundo mandato, uma vez que possuem o interesse de permanecer no poder. No Brasil, Klein e Sakurai (2015) e Queiroz, Souza, Morais e Silva (2016) averiguam como o fator mandato eleitoral influencia a política fiscal de municípios e estados, respectivamente.

Klein e Sakurai (2015) exploraram os diferentes incentivos eleitorais vivenciados por gestores em primeiro mandato que são elegíveis para a reeleição e gestores em segundo mandato que são legalmente impedidos de continuar no poder executivo. A amostra foi composta por 3.393 municípios brasileiros no período de 2001 a 2008. As evidências revelaram que gestores em primeiro mandato alteram a composição dos gastos públicos em direção as despesas de capital, especificamente os investimentos, e reduzem as despesas correntes.

Queiroz et al. (2016) avaliaram a influência do mandato

eleitoral sobre a política fiscal dos 26 estados brasileiros no período de 2003 a 2014. Utilizando modelos de regressão com dados em painel com efeitos fixos, a pesquisa concluiu que o mandato eleitoral exerce influência significativa apenas sobre os investimentos. Observou-se que os governadores que estão em primeiro mandato e estão em anos eleitorais alteram a composição dos gastos públicos em direção aos investimentos.

As evidências obtidas por Klein e Sakurai (2015) para os municípios brasileiros e Queiroz et al. (2016) para os estados brasileiros apontam para o mesmo sentido. O mandato eleitoral exerce influência significativa sobre política fiscal na medida em que foi detectado uma alteração na composição do orçamento em direção aos gastos mais perceptíveis pela sociedade: os investimentos. Essas evidências corroboram pesquisas nacionais (Queiroz, 2015; Vicente & Nascimento, 2012) e internacionais (Drazen & Eslava, 2010; Veiga & Veiga, 2007a) que indicam que os governantes que aplicam mais recursos em investimentos apresentam maior probabilidade de serem reconduzidos ao poder.

Baseado nas evidências que apontam que o mandato eleitoral exerce influência significativa sobre alguns tipos de gastos públicos, a terceira hipótese dessa pesquisa foi estabelecida.

H3: O primeiro mandato exerce influência positiva sobre o índice de mudança da composição dos gastos públicos.

## Elementos metodológicos da pesquisa

### Amostra e período de estudo

O objeto de estudo desta pesquisa consiste nos estados brasileiros. Justifica-se essa escolha em função da acessibilidade às informações sobre as eleições e aos dados detalhados sobre os gastos estaduais. A amostra da pesquisa consiste nos 26 estados da federação nos anos de 2004 a 2015, compreendendo 312 observações e três ciclos eleitorais.

As informações eleitorais foram coletadas diretamente do sítio do Tribunal Superior Eleitoral. Os dados financeiros foram coletados do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro -Siconfi. Com base no artigo 35 da Lei nº 4.320/1964, esta pesquisa utilizou a despesa legalmente empenhada nos anos em análise.

### Definição das variáveis

A variável dependente consiste no índice de mudança na composição dos gastos públicos (*IMCGP*). Tal indicador foi elaborado com base na pesquisa de Brender e Drazen (2013) e consiste em um índice que reflete o percentual da despesa orçamentária deslocada entre as diversas categorias de gastos públicos entre o ano atual e o anterior.

As categorias de gastos selecionadas para compor o *IMCGP* são aquelas passíveis de alteração pelos gestores públicos: pessoal e encargos sociais, outras despesas correntes, investimentos e inversão financeira.

Além dos quatro grupos supracitados, a classificação da

despesa de acordo com sua natureza possui outros dois grupos: juros e encargos da dívida e amortização da dívida. Porém, esses dois tipos não foram incluídos na análise uma vez que as despesas relacionadas ao serviço da dívida são consideradas como fora do controle dos gestores públicos (Drazen & Eslava, 2010).

Para a construção do indicador, inicialmente cada gasto foi dividido pela despesa orçamentária total. Posteriormente, as diferenças nos valores entre os quatro grupos do ano corrente e os mesmos grupos do ano anterior foram resumidas em valores absolutos e divididos por 2, a fim de evitar dupla contagem de mudanças nos gastos públicos. O cálculo do índice de mudança na composição dos gastos públicos é apresentado pela Equação 1.

$$IMCGP_{i,t} = \frac{\sum_{j=4}^4 \left| \left( \frac{GP_{i,j,t}}{DO_{i,t}} \right) - \left( \frac{GP_{i,j,t-1}}{DO_{i,t-1}} \right) \right|}{2} \times 100 \quad (1)$$

Em que:

$IMCGP_{i,t}$  = Índice de mudança na composição do gasto público do Estado  $i$  no ano  $t$ ;

$GP_{i,j,t}$  = Gasto público  $j$  do Estado  $i$  no ano  $t$ ;

$GP_{i,j,t-1}$  = Gasto público  $j$  do Estado  $i$  no ano  $t - 1$ ;

$DO_{i,t}$  = Despesa orçamentária do Estado  $i$  no ano  $t$ ;

$DO_{i,t-1}$  = Despesa orçamentária do Estado  $i$  no ano  $t - 1$ .

O valor obtido para a variável  $IMCGP$  indica o percentual

Quadro 1 - Descrição das variáveis independentes de interesse

Descrição	Nomenclatura	Classificação	Descrição	Sinal Esperado
Quarto ano de mandato	QAM	1	Governador do estado exerce o quarto ano de mandato.	+
		0	Governador do estado não exerce o quarto ano de mandato.	
Mudança de governador do estado	MGE	1	Governador do estado é diferente do ano anterior	+
		0	Governador do estado não é diferente do ano anterior	
Primeiro mandato eleitoral	PME	1	Governador do estado exerce o primeiro mandato eleitoral.	+
		0	Governador do estado não exerce o primeiro mandato eleitoral.	

Nota. Fonte: Elaboração própria.

Quadro 2 - Descrição das variáveis independentes de controle

Nomenclatura	Descrição da variável
ESQ	Dummy que indica se o partido político do governador é de esquerda
DIR	Dummy que indica se o partido político do governador é de direita
POP	Logaritmo natural da população

Nota. Fonte: Elaboração própria.

As variáveis Esquerda ( $ESQ$ ) e Direita ( $DIR$ ) buscam captar a influência da ideologia partidária sobre o  $IMCGP$ . Baseando-se nos critérios utilizados por pesquisas anteriores (Klein & Sakurai, 2015; Queiroz *et al.*, 2016; Sakurai, 2009; Sakurai & Menezes filho, 2011), os partidos PMDB, PSDB, PROS, PSD e PTB foram considerados de centro e utilizados como categoria de referência. Nesse sentido, as interpretações das variáveis  $ESQ$  e  $DIR$  tomaram como referência os partidos de centro. Os partidos PT, PC do B, PSB, PPS, PDT e PMN foram considerados de esquerda e os partidos PFL, PP e DEM foram considerados de direita. Por fim, a variável População ( $POP$ ) busca captar influências demográficas sobre os gastos públicos.

da despesa que foi deslocada entre as quatro categorias de gastos consideradas. Como o  $IMCGP$  leva em consideração a variação dos gastos do ano corrente em relação ao anterior, o ano de 2003 foi utilizado para o cálculo do indicador de 2004. Nesse sentido, cada um dos 26 estados da federação possui um  $IMCGP$  em cada um dos 12 anos analisados (2004 a 2015), totalizando 312 observações. O índice criado pela Equação 1 consiste na variável dependente dessa pesquisa.

As variáveis independentes de interesse da pesquisa foram definidas com base nas três hipóteses de pesquisa elaboradas. O Quadro 1 resume as variáveis de interesse da pesquisa.

A variável  $QAM$  busca verificar a influência do quarto ano de mandato (ano eleitoral) sobre o  $IMCGP$ . A variável  $MGE$  objetiva identificar a influência da mudança de governador dos estados sobre o  $IMCGP$ , conforme definido na segunda hipótese de pesquisa. Por fim, a variável  $PME$  busca verificar qual o efeito do primeiro mandato eleitoral sobre o  $IMCGP$ .

Além das três variáveis de interesse, alguns fatores descritos pela literatura nacional (Klein & Sakurai, 2015; Queiroz *et al.*, 2016; Sakurai, 2009; Sakurai & Menezes filho, 2011) podem afetar a dinâmica dos gastos públicos. As variáveis de controle utilizadas por essa pesquisa são apresentadas pelo Quadro 2.

## Modelo econométrico

Com base no objetivo dessa pesquisa, o  $IMCGP$  foi modelado em função dos três fatores políticos descritos no Quadro 1. Utilizou-se a técnica de regressão linear com dados em painel, uma vez que a amostra é composta por dados temporais e seccionais. A Equação 2 apresenta o modelo utilizado para verificar a influência dos fatores políticos sobre o  $IMCGP$  nos estados brasileiros.

$$IMCGP_{it} = \beta_0 + \beta_1 QAM_{it} + \beta_2 MGE_{it} + \beta_3 PME_{it} + \beta_4 ESQ_{it} + \beta_5 DIR_{it} + \beta_6 POP_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

O  $IMCGP$  representa o índice de mudança na composição

dos gastos públicos e consiste na variável dependente da pesquisa. As variáveis *QAM*, *MGE* e *PME* consistem nas três variáveis de interesse desse estudo, conforme apresentado no Quadro 1. As variáveis *ESQ*, *DIR* e *POP* correspondem às variáveis de controle, conforme detalhado no Quadro 2 e o símbolo  $\varepsilon_{it}$  representa o termo do erro.

Após a estimação do modelo, a significância dos parâmetros foi verificada pela estatística t e a significância do modelo pela estatística F. Os pressupostos do modelo clássico de regressão linear foram avaliados pelos testes Jarque-Bera, White e Durbin-Watson. A existência de multicolinearidade entre as variáveis foi verificado pelo teste Variance Inflation Factor (VIF).

## Apresentação e discussão dos resultados

A apresentação dos resultados foi dividida em duas seções. Inicialmente foi realizada a análise descritiva com o objetivo de comparar as médias do IMCGP entre os grupos de estados. Posteriormente, as hipóteses de pesquisa foram testadas por meio de inferências estatísticas.

### Análise descritiva

Considerando os três fatores (ano de mandato, mudança de governador e mandato eleitoral) capazes de influenciar a composição dos gastos públicos, a Tabela 1 apresenta as médias do IMCGP para cada grupo de estado e os testes estatísticos de diferenças de média. Ressalta-se que a média do IMCGP das 312 observações da amostra equivale a 4,53%. Isso significa que 4,53% da despesa foi deslocada entre as categorias entre o ano corrente e o anterior.

Tabela 1 - Estatística Descritiva

Painel A: Ano de Mandato <sup>x</sup>					
Item	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	Kruskal-Wallis <sup>+</sup>
Média	5,30	3,76	4,77	4,28	0,007
DP	3,71	3,44	3,83	3,41	
Painel B: Mudança de Governador <sup>x</sup>					
Item	Mudança de Governador	de Permanência do Governador			Mann-Whitney <sup>+</sup>
Média	5,77	4,28			0,001
DP	3,90	3,53			
Painel C: Mandato Eleitoral <sup>x</sup>					
Item	Primeiro Mandato	Segundo Mandato			Mann-Whitney <sup>+</sup>
Média	4,73	4,27			0,121
DP	3,72	3,52			

Nota. Fonte: Elaboração própria.

DP significa Desvio Padrão. O símbolo x significa que todos os valores estão expressos em percentual. O símbolo + significa que os valores apresentados indicam o *p-value* do respectivo teste.

Avaliando inicialmente o fator ano de mandato, destaca-se que cada ano de mandato contem 78 observações, uma vez que a amostra foi composta por 26 estados ao longo de 3 ciclos eleitorais.

Observa-se que o primeiro e segundo ano de mandato apresentaram a maior e menor média do IMCGP, respectivamente. Essa evidência indica que no primeiro ano de mandato, que corresponde ao ano pós-eleitoral, o governador realiza a maior alteração na composição dos gastos públicos em relação aos demais anos de mandato. De forma análoga, no segundo ano de mandato, há a menor

alteração na composição dos gastos públicos. O terceiro e quarto ano de mandato apresentaram variações próximas à média geral de 4,53%.

O teste de Kruskal-Wallis revela que as médias dos anos de mandato diferem estatisticamente ao nível de 5% de significância. Após a verificação da homogeneidade da variância dos grupos de estados por meio do teste de Levene (p-valor: 0,141), o teste Tukey foi utilizado para comparar par a par as médias entre os quatro anos de mandato. O resultado do teste Tukey revela que os únicos anos cujas médias diferem estatisticamente são o primeiro e segundo ano de mandato dos governadores (p-valor: 0,040).

Avaliando o segundo fator, o Painel B da Tabela 1 apresenta as médias do IMCGP dos estados nos quais houve mudança de gestor. Nas 312 observações que compõem a amostra, em 52 observações, o governador do Estado do ano atual é diferente do gestor do ano anterior. Observa-se que a média do IMCGP dos estados nos quais houve mudança de governador é maior do que os estados nos quais os gestores permaneceram. O teste de Mann-Whitney evidencia que as médias diferem estatisticamente ao nível de 5%.

Esse achado justifica a maior média do IMCGP no primeiro ano de mandato, conforme revela o Painel A da Tabela 1. O principal motivo para o primeiro ano de mandato ser aquele no qual há maior variação na composição dos gastos públicos deve-se a ocorrência de mudança de governador no primeiro ano de gestão. Em outras palavras, quando há mudança de gestor, há maior alteração na composição dos gastos públicos e isso justifica a maior variação dos gastos públicos no primeiro ano de mandato.

Por fim, o Painel C da Tabela 1 revela as médias dos estados cujos governadores estavam em primeiro e segundo mandato. Ressalta-se que em 173 observações, o governador estava no primeiro mandato eleitoral e, naturalmente, em 139 observações os gestores estavam no segundo mandato. Esperava-se que os governadores em primeiro mandato realizassem mais alterações na composição dos gastos públicos, uma vez que possuem o incentivo de concorrer à reeleição.

Observa-se que a média do IMCGP dos governadores que estavam em primeiro mandato corresponde à 4,73% e é maior do que aqueles que estavam em segundo mandato, cuja média equivale a 4,27%. Porém, o teste de Mann-Whitney evidencia que as médias não diferem estatisticamente ao nível de 5% de significância.

Em resumo, as evidências obtidas por meio da estatística descritiva indicam que o IMCGP se comporta de maneira distinta entre os anos de mandato, com maior alteração na composição dos gastos públicos no primeiro ano de mandato. O IMCGP apresenta uma média maior quando há mudança de governador e, por fim, os governadores que estão em primeiro mandato alteraram mais a composição dos gastos públicos em relação àqueles que estão em segundo mandato, porém as médias não diferem estatisticamente ao nível de 5% de significância.

### Influência do ano eleitoral, da mudança de Governador e do mandato eleitoral sobre o IMCGP

Essa seção destina-se a testar, de fato, as três hipóteses de pesquisa definidas nesse estudo. Para tanto, utilizou-se o modelo descrito pela Equação 2. Trata-se de um modelo de

regressão com dados em painel (*pooled*). Adotou-se essa técnica em função dos testes de Chow (p-valor: 0,134) e Breusch-Pagan (p-valor: 0,899) indicarem que o modelo de *pooled* é mais adequado em relação aos modelos com efeitos fixos e aleatórios. Os outputs do modelo de regressão são apresentados pela Tabela 2.

Tabela 2 - Influência do ano eleitoral, da mudança de governador e do mandato eleitoral sobre o IMCGP

Variável Explicativa	Coefficientes	Erro Padrão	Estatística t	P-valor
Constante	11,0758	3,0731	3,604	0,0004
QAM	- 0,1156	0,4784	- 0,2417	0,8092
MGE	1,4071	0,5735	2,454	0,0147
PME	0,1965	0,4310	0,4559	0,6488
ESQ	0,1874	0,4460	0,4203	0,6746
DIR	0,3814	0,7526	0,5068	0,6126
POP	- 0,4560	0,1972	- 2,313	0,0214

  

Descrição	Valor	Descrição	Valor
R <sup>2</sup>	0,0457	Jarque - Bera (p-valor)	0,0000
Teste F	2,4349	Teste de White	23,6892
Teste F (p-valor)	0,0258	Teste de White (p-valor)	0,3084
Jarque - Bera	340,887	Teste de Durbin-Watson	1,8489

Nota. Fonte: Elaboração própria.

A primeira variável de interesse corresponde a dummy que indica ano eleitoral. Percebe-se que a variável QAM não apresentou significância estatística, ou seja, o ano eleitoral não exerce influência significativa sobre o IMCGP. Esse achado confirma a estatística descritiva na medida em que foi identificado que o maior índice de alteração na composição dos gastos públicos não ocorre no ano eleitoral e sim, no primeiro ano de mandato.

Baseado nessa evidência, pode-se refutar a primeira hipótese de pesquisa. O ano eleitoral não exerce influência significativa sobre o índice de mudança na composição dos gastos públicos.

Ressalta-se que a ausência de significância estatística da variável QAM significa que a variação da composição dos gastos públicos nos anos eleitorais não difere estatisticamente da variação média dos anos não eleitorais. Em outras palavras, existe alteração na composição dos gastos públicos nos anos eleitorais, mas essa variação não difere em relação aos outros anos.

Nesse sentido, a ausência de significância estatística da variável QAM obtida pela presente pesquisa não contrariam estudos anteriores (Brender & Drazen, 2013; Carvalho & Oliveira, 2009; Drazen & Eslava, 2010; Katsimi & Sarantides, 2012; Sakurai, 2005, 2009; Sakurai & Menezes filho, 2011; Veiga & Veiga, 2007b; Vergne, 2009) que identificaram alterações na composição dos gastos públicos em direção aos gastos mais perceptíveis pela sociedade nos anos eleitorais, em especial os investimentos.

A segunda variável de interesse consiste naquela que indica mudança de governador do estado no ano corrente em relação ao anterior. A variável MGE apresentou sinal positivo e significância estatística ao nível de 5%. Isso significa que quando ocorre mudança de governador, o IMCGP sofre um aumento na ordem de 1,41, mantida as demais variáveis constantes.

Essa evidência confirma as expectativas teóricas dessa pesquisa na medida em que fica provado que uma mudança de gestor é acompanhada por uma maior alteração na

composição dos gastos públicos quando comparada à situação na qual não há mudança de liderança. Nesse sentido, a segunda hipótese de pesquisa foi validada. A mudança de governador exerce influência positiva e significativa sobre a mudança na composição dos gastos públicos.

Esse achado diverge parcialmente dos resultados obtidos por Brender e Drazen (2013). Diferentemente dos resultados obtidos pela presente pesquisa, Brender e Drazen (2013) não identificaram influência significativa da mudança de governo sobre as alterações na composição dos gastos públicos no curto prazo (um e dois anos). Porém, considerando o índice de mudança na composição dos gastos públicos de longo prazo, calculado considerando as categorias de despesas do ano atual e quatro anos antes, os autores identificaram influência significativa da mudança de gestor sobre as alterações na composição dos gastos públicos.

Por fim, a última variável de interesse consiste naquela que indica o mandato eleitoral do governador. A Tabela 2 revela que a variável PME não exerce influência significativa sobre o IMCGP. Isso significa que os governadores que estão em primeiro mandato não realizaram maiores alterações na composição dos gastos públicos em relação aos governadores que estão em segundo mandato.

Essa evidência contraria a expectativa teórica da presente pesquisa de que a possibilidade de concorrer à reeleição corresponde a um incentivo para o gestor realizar maiores alterações na composição dos gastos públicos, sobretudo em direção àqueles mais perceptíveis pela sociedade. Nesse sentido, pode-se refutar a terceira hipótese de pesquisa. Apesar de o IMCGP ser maior para os governadores que estão em primeiro mandato em relação aos que estão em segundo, o primeiro mandato não exerce influência significativa sobre as mudanças na composição dos gastos públicos.

Essa evidência não contraria pesquisas anteriores (Klein & Sakurai, 2015; Queiroz et al., 2016) que identificaram um deslocamento dos gastos públicos em direção aos investimentos nos anos eleitorais dos gestores que estão em primeiro mandato. Ressalta-se, novamente, que o índice criado por essa pesquisa revela apenas o percentual de despesa pública que foi deslocado entre as categorias e não a direção da mudança da composição dos gastos públicos.

As variáveis ESQ e DIR não apresentaram significância estatística. Em outras palavras, a ideologia de esquerda e direita dos partidos políticos dos governadores dos estados não exerce influência sobre as mudanças na composição dos gastos públicos em relação aos partidos de centro. Por fim, a variável POP apresentou sinal negativo e significância estatística. Isso significa que quanto maior a população do estado, menor é a alteração na composição dos gastos públicos.

O coeficiente de determinação indica que o modelo explicou apenas 4,19% da variação do IMCGP. O teste F rejeita a hipótese nula de que todos os coeficientes angulares são iguais a zero. O pressuposto da ausência de multicolinearidade foi verificado por meio de matrizes de correlação e do teste Variance Inflation Factor (VIF).

Os testes de White e Durbin-Watson indicaram que não há problemas de heterocedasticidade e autocorrelação, respectivamente, no modelo elaborado. Por fim, o teste Jarque-Bera revela que os resíduos da regressão não apresentam distribuição normal. Porém, esse pressuposto

pode ser relaxado baseado no teorema central do limite.

## Considerações finais

O objetivo da pesquisa consistiu em verificar a influência do ano eleitoral, da mudança de gestor público e do mandato eleitoral sobre o índice de mudança na composição dos gastos públicos dos estados brasileiros. A amostra foi composta pelos 26 estados brasileiros no período de 2004 a 2015 compreendendo três ciclos eleitorais.

As evidências revelaram que o ano eleitoral e o primeiro mandato não exercem influência significativa sobre o índice de mudança na composição dos gastos públicos. Já a variável que indica mudança de governador apresentou sinal positivo e significância estatística.

A pesquisa concluiu que mudanças de governador são acompanhadas por maiores alterações na composição dos gastos públicos quando comparada às situações nas quais não há mudança de liderança. Além disso, o ano eleitoral e a possibilidade de concorrer a reeleição não provocaram maiores alterações na composição dos gastos públicos dos estados brasileiros.

Ressalta-se que a ausência de significância estatística do ano eleitoral e do primeiro mandato não contrariam pesquisas anteriores que apontaram esses fatores como determinantes para a alteração na composição dos gastos públicos. Isso porque o índice utilizado por essa pesquisa revela exclusivamente o percentual da despesa orçamentária que foi deslocado entre as categorias consideradas. A direção da alteração e a influência desses dois fatores sobre categorias específicas das despesas não foram consideradas.

Ao fornecer evidências de que fatores políticos, tais como as mudanças de governadores, exercem influência sobre alterações na composição dos gastos públicos, essa pesquisa contribui com a literatura sobre ciclos político-orçamentários na medida em que amplia o conhecimento sobre como fatores políticos influenciam a existência e magnitude de tais ciclos.

O índice criado por essa pesquisa consiste em um indicador de política governamental e não é possível concluir que as evidências obtidas pela pesquisa são válidas para outros tipos de indicadores ou amostras. Nesse sentido, sugere-se, para pesquisas futuras, a utilização de outros índices, a exemplo do indicador utilizado por Tsebelis e Chang (2004), e a análise em outras organizações públicas, como os municípios, de forma que se possa ampliar o conhecimento sobre como incentivos políticos moldam decisões governamentais.

## Referências

- Alt, J. E. & Lassen, D. D. (2006) Transparency, political polarization, and political budget cycles in OECD countries. *American Journal of Political Science*, 50(3), 530-550.
- Brauninger, T. (2005) A partisan model of government expenditure. *Public Choice*, 125 (1), 409-429.
- Brender, A. & Drazen, A. (2005) Political budget cycles in new versus established democracies. *Journal of Monetary Economics*, 52 (1), 1271-1295.
- Brender, A. & Drazen, A. (2008) How do budget deficits and economic growth affect reelection prospects? Evidence from a large panel of countries. *The American Economic Review*, 98(5), 2203-2220.
- Brender, A. & Drazen, A. (2013) Elections, leaders, and the composition of government spending. *Journal of Public Economics*, 97(1), 18-31.
- Budge, I. & Hofferbert, R. (1990) Mandates and policy outputs: U.S. party platforms and federal expenditures. *The American Political Science Review*, 84(1), 111-132.
- Carvalho, F. A. A. & Oliveira, K. V. (2009) A contabilidade governamental e a teoria dos ciclos políticos: uma análise empírica fiscal e contábil sobre os municípios do estado do Rio de Janeiro - 1998/2006. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 3(1), 46-64, 2009.
- Downs, A. (1957) An economic theory of political action in a democracy. *Journal of Political Economy*, 65(2), 135-150.
- Drazen, A. (2001) The political business cycle after 25 years. *NBER Macroeconomics Annual*, 15(1), 75-138.
- Drazen, A. & Eslava, M. Electoral manipulation via voter-friendly spending: theory and evidence. *Journal of Development Economics*, 92(1), 39-52.
- Gonzalez, P.; Hindriks, J. & Porteiro, N. (2013) Fiscal decentralization and political budget cycles. *Journal of Public Economic Theory*, 15(6), 884-911.
- Haan, J. (2013) Democracy, elections and government budget deficits. *German Economic Review*, 15(1), 131-142.
- Hanusch, M. (2012) Coalition incentives for political budget cycles. *Public Choice*, 15(1), 121-136.
- Jones, B. F. & Olken, B. A. (2005) Do leaders matter? National leadership and growth since World War II. *Quarterly Journal of Economics*, 120(1), 835-864.
- Katsimi, M. & Sarantides, V. (2012) Do elections affect the composition of fiscal policy in developed, established democracies? *Public Choice*, 15(1), 325-362.
- Klein, F. A. & Sakurai, S. N. (2015) Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a young democracy. *European Journal of Political Economy*, 37(1), 21-36.
- Nordhaus, W. D. (1975) The political business cycle. *Review of Economic Studies*, 42(2), 169-190.
- Queiroz, D. B. (2015) *Composição dos Gastos Públicos e Resultados Eleitorais: Um estudo nos municípios brasileiros*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasília-DF.
- Queiroz, D. B.; Souza, A. G. S. F.; Morais, L. M. F. & Silva, V. K. R. (2016) Mandatos eleitorais e ciclos político

- orçamentários: evidências dos estados brasileiros. In: X Congresso Anpcont, Ribeirão Preto, SP, Brasil. *Anais...* Ribeirão Preto/SP.
- Rogoff, K. (1990) Equilibrium political budget cycles. *The American Economic Review*, 80(1), 21-26.
- Rose, S. (2006) Do fiscal rules dampen the political business cycle? *PublicChoice*, 128(1), 407-431.
- Sakurai, S. N. (2005) Testando a hipótese de ciclos eleitorais racionais nas eleições dos municípios paulistas. *Estudos Econômicos*, 35(2), 297-315.
- Sakurai, S. N. (2009) Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990 - 2005 via dados em painel. *EstudosEconômicos*, 39(1), 39-58.
- Sakurai, S. N. & Menezes-Filho, N. A. (2011) Opportunistic and partisan election cycles in Brazil: new evidence at the municipal level. *Public Choice*, 148(1), 233-247.
- Saporiti, A. & Streb, J. M. (2008) Separation of powers and political budget cycles. *Public Choice*, 137(1), 329-345.
- Schneider, C. J. (2010) Fighting with one hand tied behind the back: political budget cycles in the West German states. *Public Choice*, 142(1), 125-150.
- Shi, M. & Svensson, J. (2006) Political budget cycles: do they differ across countries and why? *Journal of Public Economics*, 90(1), 1367-1389.
- Streb, J. M. & Torrens, G. (2013) Making rules credible: divided government and political budget cycles. *Public Choice*, 156(1), 703-722, 2013.
- Tsebelis, G. & Chang. E. (2004) Veto players and the structure of budgets in advanced industrialized countries. *European Journal of Political Research*, 43(3), 449-476.
- Veiga, L. G. & Veiga, F. J. (2007a) Does opportunism pay off? *Economics Letters*, 96(1), 177-182.
- Veiga, L. G. & Veiga, F. J. (2007b) Political business cycles at the municipal level. *Public Choice*, 13(1), 45-64.
- Vergne, C. (2009) Democracy, elections and allocation of public expenditures in developing countries. **European Journal of Political Economy**, 25(1), 63-77.
- Vicente, E. F. R. & Nascimento, L. S. (2012) A efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: um enfoque contábil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 6(1), 106-126.